



MANUELZÃO

UFMG Saúde, Ambiente e Cidadania na Bacia do Rio das Velhas

51

ANO 12

MAIO DE 2009

Pontos de encontro

No caminho:

Pesca predatória é obstáculo à volta do peixe

A parada:

Na barragem, rio que chega não é o que sai

Pra ficar:

Redes culturais querem ir além da expedição

Pontos de encontro

#51. ANO 12 . MAIO DE 2009

Redes culturais

MANUELZÃO APOSTA
NO DIÁLOGO



FOTO: MARCO LUIZ

Cavernas 6
Agora é permitido destruir

Barragens 8
Fim da revitalização?

Três Marias 10
Peixes continuam a morrer no Velho Chico

Pesca Predatória 13
Peixe volta ao Velhas. Será que ele fica?

Expedição 2009
Por onde você vai passar?

PROJETO MANUELZÃO
UFMG

Informativo do Projeto Manuelzão UFMG e de suas parcerias institucionais e sociais pela revitalização da bacia hidrográfica do Rio das Velhas.

Coordenação
Geral: Marcos Polignano
mupoli@medicina.ufmg.br
Meta 2010 e NuVelhas: Thomaz da Matta Machado
Biomonitoramento: Marcos Callisto, Carlos Bernardo
Mascarenhas e Paulo Pompeu
Recuperação vegetal: Maria Rita Muzzi
Mobilização social e educação ambiental: Marcus Polignano e Rogério Sepúlveda
Comunicação Social: Elton Antunes
Publicações: Eugênio Goulart e Letícia Malloy
Centro de Informação e Documentação: Carolina Saliba

Redação e Edição
Elton Antunes (MTB 4415 DRT/MG), Humberto Santos (MTB 12658 DRT/MG), Anna Carolina Aguiar, Filipe Motta, Gabriela Hauber, Jessica Soares, Pâmilla Villas Boas, Stéphanie Bollman, Thais Marinho e Victor Vieira

Diagramação e Ilustração
Bruna Araújo, Délio Faleiro, Giovana Carraro e Stephanie Boaventura
Ilustração capa: Délio Faleiro
Projeto gráfico: Atelier de Publicidade do curso de Comunicação Social da UFMG, sob a coordenação de Bruno Martins.
Equipe: Délio Faleiro, Filipe Alonso, Renata Romero e Stephanie Boaventura
Impressão: Esdeva

É permitida a reprodução de matérias e artigos, desde que citados a fonte e o autor. Os artigos assinados não exprimem, necessariamente, a opinião dos editores da revista e do Projeto Manuelzão.

Universidade Federal de Minas Gerais
Departamento de Medicina Preventiva e Social Internato em Saúde Coletiva
Avenida Alfredo Balena, 190, 8º andar - sl. 813, BH - MG - CEP: 30130-100
(31) 3409-9818 www.manuelzao.ufmg.br
manuelzao@manuelzao.ufmg.br

PARCERIAS E
PATROCÍNIO



COLABORAÇÃO



51 municípios da Bacia do Rio das Velhas

Comitê da Bacia do Rio São Francisco

Significados

Caro leitor,

A *Expedição pelo Velhas 2009 – Encontros de um povo com sua bacia* já está aí! Expedições, festivais de cultura, debates, palestras e apresentações de pesquisas serão momentos de reflexão sobre o povo e sua relação com a Bacia do Rio das Velhas. Mais que festejos e descida pelo rio, ela será palco de diversos encontros. Aliás, eles começam neste número, que aproveita os diversos significados que a palavra abarca para discutir temas importantes para a Bacia.

De acordo com o dicionário Houaiss, “encontro” pode ser “junção de pessoas ou coisas que se movem em vários sentidos ou se dirigem para o mesmo ponto”. Quase um sinônimo para as miniexpedições organizadas pelas comunidades ao longo da bacia (p.12). Ou ainda, pode significar “chegar um diante do outro”, movimento feito pelos artistas que ensaiam a formação de uma rede de cultura pelo território do Velhas (p.24).

Também pode ser “ato ou efeito de descobrir”. Acepção que nos permite perguntar: a revitalização do Rio das Velhas será comprometida com a construção de uma barragem em Santo Hipólito?(p.8). Outra questão, fisgada pela volta do peixe, é se esse retorno será prejudicado ou não pela pesca predatória (p.13).

Mais um sentido é “confluência de rios”. Vários quilômetros a montante do encontro do Velhas com o São Francisco, na região de Três Marias, peixes continuam a morrer (p.10). Também é encontro “reunião de pessoas para discutir um tema”. É o que precisa acontecer para evitar que as cavernas virem pó (p.6). E é o que vai ser também a própria Expedição (p.22). Encontre-se na bacia e venha participar deste movimento. Boa leitura!

“O governo mudou a legislação que preservava todas as cavernas para uma que deixa destruir quase todas. E essa decisão está sendo tomada de maneira política, não de maneira técnica”

MARCELO RASTEIRO, SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESPELEOLOGIA, EM ENTREVISTA AO PROJETO MANUELZÃO

“A volta do peixe alenta o povo, dá ânimo, esperança e confiança na proposta do Projeto. Ela indica a qualidade do secretário do Meio Ambiente, do governador, e não os deixa mentir.”

APOLLO HERINGER, FUNDADOR DO PROJETO MANUELZÃO, EM ENTREVISTA AO PROJETO MANUELZÃO

Cordel pela Natureza

Nós ainda somos crianças,
Mas podemos ensinar,
Aos que andam destruindo,
Toda nossa natureza,
A respeitar e preservar.

Vamos encontrar um jeito,
Com toda a certeza,
De ensinar o ser humano
A usar a inteligência
Respeitando a natureza.

Não matando os animais,
Não queimando as florestas,
Não poluindo as águas.
Para que envenenar?
A terra maltratada
Produz frutos de veneno
Que podem nos matar.

Nós ainda somos crianças,
E sabemos tudo isso.
Os adultos não pensam,
Temos que reconhecer,
Que o ar que respiramos,
Produzido pelas plantas,
Puro, limpo e sem mal cheiro,
Nos fará sobreviver.

(...)

A vida é um presente,
Que Deus nos concedeu
É só respirar, tocar e ver.
Que as flores têm perfumes
Que os filhotes vão nascer
Que a natureza colore a vida,
Que o planeta não pode morrer.

Texto produzido para a Feira Cultural 2007
Alunos do 3º ano B, Colégio Cavalieri – Bairro Castelo,
em Belo Horizonte

Erramos

Nas páginas 12 e 13, da edição 50, na matéria “Lixo sem fim”, todas as informações do infográfico foram fornecidas pelas prefeituras dos municípios.

Diferente do que aparece na página 24, da edição 50, na matéria “O papel da nossa história” a periodicidade da publicação passou a ser bimestral, não trimestral, a partir da Revista 38.



O Projeto Manuelzão recebe cartas, músicas, poesias e mensagens eletrônicas de vários colaboradores. Nesta coluna, você confere trechos de algumas dessas correspondências. Envie também sua contribuição. Participe da nossa revista! revista@manuelzao.ufmg.br



Carta da Expedição

Nós estamos acontecendo. Temos a consciência de estarmos fazendo a hora.

Após a expedição pioneira de 2003, lançamos para a sociedade o desafio da Meta 2010 – navegar, pescar e nadar na passagem do Rio das Velhas pela Região Metropolitana de Belo Horizonte, até o ano de 2010.

O desafio da construção da Meta provocou mudanças institucionais, políticas e sociais, superando os limites dos municípios para uma visão de pertencimento ao território da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. Muitas foram as ações efetivas para melhorar a qualidade das águas neste território, principalmente no campo do saneamento ambiental, como interceptação e tratamento de esgotos.

Os primeiros resultados estão aparecendo com as pesquisas realizadas. A vida está voltando a todos os segmentos do rio. A cadeia alimentar e o oxigênio dissolvido nas águas estão recuperando os níveis adequados à saúde ambiental, como demonstrado pela volta dos bentos e dos peixes ao rio.

Porém, muito resta a ser realizado. Ainda não está equacionada a interceptação e o tratamento dos esgotos de microbacias em Belo Horizonte, Neves e Sabará. A desinfecção ainda não é um compromisso da Copasa e do governo do Estado. A poluição difusa ainda é muito grande, vinda de atividades urbanas e rurais, das indústrias, do setor agrícola e da produção animal.

Esta expedição de 2009 quer chamar a atenção de todos para o alvorecer da cultura política que está na alma da Meta 2010. Estamos promovendo a vida na gestão política e econômica da região, respeitando a biodiversidade e a diversidade cultural.

Esse processo não se esgota em 2010. Não estamos movidos apenas por conquistas materiais e ambientais. Sentimos que o processo colocado em marcha está criando condições para a mudança da mentalidade civilizatória, agora sim, extrapolando a nossa bacia de pertencimento imediato e nos conduzindo ao pensar e ao agir globalizado. O planeta Terra é uma grande bacia hidrográfica e não há mais tempo para soluções locais que não sejam concebidas globalmente.

A mudança cultural é o grande objetivo a ser atingido. Por isso, esta Expedição incorpora o Festivalhas que acontece pela terceira vez e agora será realizado ao longo da bacia. Os eventos do FestiVelhas buscarão integrar as manifestações artístico-culturais com debates que provoquem questionamentos sobre a dominação a que estamos submetidos pelo sistema em escala internacional. Estamos nos propondo a algo arrojado e com a certeza da descoberta.

O palco se ilumina de novo, da Cachoeira das Andorinhas em Ouro Preto até a barra do Guaicuy, no rio São Francisco, com a sociedade debatendo a recuperação hidro-ambiental e sócio-cultural da bacia do rio das Velhas.

Lançamos nesta expedição o desafio de que nenhum rio de Minas possa ser classificado legalmente além do limite de Classe 2 estabelecido pelo Conama e que a gestão ambiental não pode ser separada e alheia à responsabilidade com a gestão das águas, como acontece atualmente.

A Meta 2010 é apenas uma marco da nossa capacidade de reconstruir a nossa história. Para nós, o hoje representa a possibilidade única de construir o amanhã. ◆

COORDENAÇÃO DO PROJETO MANUELZÃO

Carta Compromisso

O Governador do Estado de Minas Gerais, o Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais – Semad, o Presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa, o Presidente da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - Assemae, os Prefeitos da Bacia do Rio das Velhas que compõem a área de abrangência da Meta 2010, o Presidente do Comitê de Bacia do Rio das Velhas – CBH-Velhas, e o Coordenador do Projeto Manuelzão/UFMG, vêm a público reafirmar o compromisso de buscar a melhoria da qualidade ambiental dos 51 municípios envolvidos na região de abrangência da Meta 2010.

Várias ações já foram realizadas desde o início do Projeto Estruturador Revitalização do Rio das Velhas – Meta 2010 e muitas ainda deverão ser realizadas nesta reta final proposta no calendário da Meta. Embora os resultados mostrem que estamos caminhando na direção certa para atingirmos nossos objetivos, reconhecemos que ainda existe muito trabalho a ser feito, pois o ano de 2010 não representará o fim dos nossos esforços e sim a certeza de que estamos caminhando para buscar a melhoria da qualidade ambiental da Bacia do Rio das Velhas de forma sustentável.

A revitalização da bacia através da Meta 2010 representa o compromisso de manter um rio vivo com qualidade de água e de vida, elemento estratégico essencial para a economia, a alimentação, o lazer e a saúde da população atual e das futuras gerações.

Para atingir a Meta 2010 as prefeituras devem integrar esforços e desenvolver um protagonismo histórico de forma solidária e sistêmica.

Diante de nossa responsabilidade em garantir uma melhor qualidade de vida à sociedade mineira da bacia hidrográfica do Rio das Velhas e conscientes de que a revitalização do Rio só será possível com a participação efetiva das instituições envolvidas, entendemos que é de extrema importância o comprometimento de todos para alcance dos nossos objetivos.

As administrações municipais se comprometem a integrar a gestão ambiental com a gestão das águas dentro de uma visão sistêmica de bacia hidrográfica, os projetos das cidades com a gestão das águas na região urbana, a preservação dos cursos d'água em leito natural, a permeabilidade do solo, políticas de uso e ocupação do solo sustentáveis, interceptar e tratar os esgotos domésticos, coletar e dar um destino adequado para o lixo, fazer o enquadramento e desenvolver ações para manter a qualidade dos cursos d'água igual ou melhor que a prevista na classificação Classe II - Conama.

O que está posto nesse documento já está consagrado pela legislação e neste ato queremos fortalecer a vontade política de fazer, celebrando um compromisso público e histórico para com o futuro da bacia do Rio das Velhas, a qual todos pertencemos.

E por estarem de acordo com os termos do presente documento, os representantes abaixo listados assinam publicamente :

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, 25 de março de 2009.

AÉCIO NEVES - Governador de Minas Gerais
 JOSÉ CARLOS CARVALHO - Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais
 APOLO HERINGER LISBOA - Coordenador do Projeto Manuelzão
 ADEMIR DA COSTA CARVALHO - Prefeito Municipal de Caeté
 CARLOS MOURA MURTA - Prefeito Municipal de Vespasiano
 CARLOS ROBERTO RODRIGUES - Prefeito Municipal de Nova Lima
 FRANCISCO FAGUNDES DE FREITAS - Prefeito Municipal de São José da Lapa
 GERALDO ANTÔNIO SATURNINO - Prefeito Municipal de Jequitibá
 GERALDO GONÇALVES DOS SANTOS - Prefeito Municipal de Confins
 GILBERTO DA SILVA DORNELES - Prefeito Municipal de Santa Luzia
 HAROLDO CUNHA ABREU - Prefeito Municipal de Prudente de Moraes
 IVAN MARTINS DA COSTA DINIZ - Prefeito Municipal de Baldim
 JOÃO CARLOS DA APARECIDA - Prefeito Municipal de Raposos
 JOSÉ SOARES DE ALCÂNTARA - Prefeito Municipal de Funilândia
 LUIZ MAURO DE FARIA - Prefeito Municipal de Jaboticatubas
 WILLIAM LÚCIO GODDARD BORGES - Prefeito Municipal de Sabará

ARNALDO LUIZ DUTRA - Presidente da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE
 MÁRCIO AUGUSTO VASCONCELOS NUNES - Presidente da COPASA
 ROGÉRIO DE OLIVEIRA SEPÚLVEDA - Presidente do Comitê da Bacia do Rio das Velhas
 MARCELO JERÔNIMO GONÇALVES - Prefeito Municipal de Pedro Leopoldo
 MANOEL DA MOTA NETO - Prefeito Municipal de Itabirito
 MARCÍLIO BEZERRA DA CRUZ - Prefeito Municipal de Taquaraçu de Minas
 LUIZ FLÁVIO MALTA LEROY - Prefeito Municipal de Esmeraldas
 MARCIO ARAÚJO DE LACERDA - Prefeito Municipal de Belo Horizonte
 MARÍLIA APARECIDA CAMPOS - Prefeito Municipal de Contagem
 MÁRIO MÁRCIO CAMPOLINA PAIVA - Prefeito Municipal de Sete Lagoas
 MOACIR BARBOSA DE FIGUEIREDO - Prefeito Municipal de Nova União
 MURILO PEREIRA DE REZENDE - Prefeito Municipal de Matozinhos
 RAIMUNDO CIRILO DA SILVA - Prefeito Municipal de Rio Acima
 REMACLO SOUZA CANTO - Prefeito Municipal de Capim Branco
 ROGÉRIO CÉSAR DE MATOS AVELAR - Prefeito Municipal de Lagoa Santa
 WALLACE VENTURA ANDRADE - Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves

Tempo sem cavernas?

NOVO DECRETO DEIXA PATRIMÔNIO ESPELEOLÓGICO EM PERIGO

GABRIELLA HAUBER E VICTOR VIEIRA
ESTUDANTES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA UFMG

Existe um importante acervo que não está protegido nas galerias e museus. Ele está ao ar livre e corre o risco de desaparecer. As grutas e cavernas brasileiras estão ameaçadas por causa do decreto assinado pelo presidente Lula, em novembro de 2008. A nova legislação define critérios de relevância para a classificação de cavidades naturais. Somente as de importância máxima não poderão ser destruídas. (ver box)

Antes desse decreto, a proteção das grutas e cavernas dificultava empreendimentos de hidrelétricas e mineradoras. Segundo o analista ambiental do Centro Nacional de Estudo, Proteção e Manejo de Cavernas (Cecav), José Carlos Reino, o decreto seria uma forma de atender às pressões desses setores. O secretário executivo da Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE), Marcelo Rasteiro afirma que “se havia uma área que tinha que conservar por causa de cavernas, agora o empreendedor pode minerar ou inundar com uma barragem”.

O setor hidrelétrico tem interesse em algumas regiões de cavernas para a construção de barragens. E nas cavidades pode haver extração de minério de ferro, manganês e calcário, que é a base para a indústria de cimento. “O Instituto Brasileiro de Mineração é favorável ao decreto e entende que ele traz normalidade à mineração nessas áreas [onde há cavidades]”, afirma o diretor de meio ambiente do órgão, Rinaldo Mancin.

“O Carste é área de recarga. Estamos tentando mostrar com a mini-expedição Peter Lund [na região] as bacias hidrográficas de águas subterrâneas e superficiais como irmãs. E ao mesmo tempo, a importância das unidades de conservação”.

Presidente do Subcomitê de Bacia do Ribeirão da Mata e mobilizador do Manuelzão, Procópio de Castro.



Legislação brasileira de grutas e cavernas

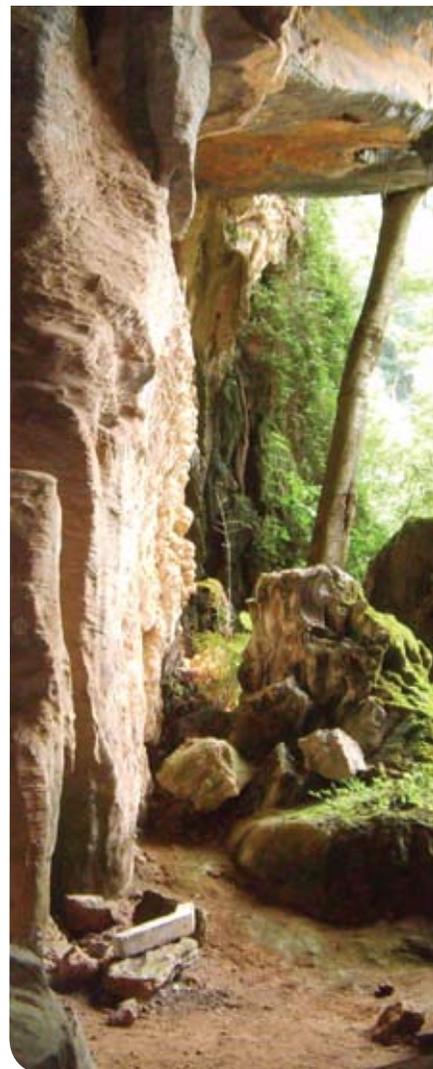
Nem tudo está definido. O novo decreto federal altera o regime de proteção estabelecido por outro decreto, de 1990, que determinava proteção a todas as cavidades naturais. De acordo com o Coordenador da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas, Marcos Paulo Miranda, as cavernas são especialmente protegidas e alterações como essa só podem ser feitas por meio de leis. A Procuradoria Geral da República propôs ao Supremo Tribunal Federal uma Ação Direta de Inconstitucionalidade em relação ao decreto em março deste ano.

No Legislativo, desde novembro do ano passado tramita um pedido de anulação do

decreto federal. A iniciativa foi do deputado federal Mendes Thame (PSDB/SP). Segundo a assessoria do deputado, modificações como essa não competem ao poder executivo. “É preciso ter uma lei específica para dispor a respeito desse patrimônio”, afirma.

Quem também está lutando pela anulação do decreto é a comunidade espeleológica. A SBE divulgou um manifesto contrário que, até o dia 26 de março, foi assinado por 196 entidades entre associações de espeleologia e ONGs ambientais. Está em circulação também uma carta de repúdio. Até o dia 6 de maio, 4104 pessoas já haviam aderido ao abaixo assinado.

Veja em www.abaixoassinado.org/abaixoassinados/2115.



Novo decreto ameaça destruir riquezas naturais de grutas e cavernas

A região cárstica, ao norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte, pode ser uma das mais prejudicadas. Cavernas da área já foram destruídas mesmo antes do decreto. “No Carste, destruíram paredões onde havia depósitos de calcário. Já foi destruída a Lapa Vermelha, de Lagoa Santa, onde primeiro se encontrou fósseis humanos na América”, conta o curador do Museu de Ciências Naturais da PucMinas, Cástor Cartelle.

A perda, contudo, não tem sido só histórica. “Esse decreto vai inviabilizar a exploração de novos locais para visita”, lamenta o presidente da Associação Mineira de Ecoturismo, Edmar Antônio Silva. O turismo de grutas e cavernas é pouco desenvolvido no Brasil e a arrecadação ainda é pequena. Atualmente, apenas três grutas são abertas à visitação pública em Minas Gerais, todas na bacia do Rio das Velhas: Lapinha, em Lagoa Santa, Maquiné, em Cordisburgo e Rei do Mato, em Sete Lagoas. “O turismo é um grande aliado na conservação de cavernas quando bem desenvolvido”, comenta Marcelo Rasteiro.

BIBLIOTECA NATURAL

Fósseis de animais pré-históricos, pinturas rupestres e vestígios de épocas remotas. Essas são algumas das riquezas abrigadas pelas grutas e cavernas. Na Gruta do Baú, em Pedro Leopoldo, foi encontrado pela primeira vez um fóssil de macaco. O arqueólogo do grupo espeleológico Guano Espeleo, Adriano Carvalho, conta sobre achados recentes em Buritizeiro, norte de Minas. Foram encontrados registros arqueológicos de um período pouco conhecido pela arqueologia brasileira, entre 8000 e 4000 anos antes de Cristo. Mas também há vida nas cavernas. Por suas características ambientais, principalmente a ausência de luz, os seres vivos dentro das cavernas são espécies extremamente raras.

Até o fechamento desta edição, foram registradas

pela SBE 4684 cavidades naturais no Brasil. O número é atualizado constantemente. Com o novo decreto, estima-se que cerca de 70% poderão ser destruídas. Marcelo Rasteiro acredita que apenas 10% das cavidades do País sejam cadastradas e há grande potencial de pesquisa. “É como em uma biblioteca, dizer qual livro fica na estante e qual vai sumir. Só que não lemos esses livros ainda”, compara.

O QUE FICA NA ESTANTE

A classificação de cavernas por critérios de relevância é polêmica. Cástor Cartelle acredita ser impossível determinar critérios generalizados. Para ele, não há como privilegiar apenas um aspecto. “A beleza? A história? Estudos feitos? O tamanho? Qual o critério?”, questiona.

Os critérios foram elaborados pelo Cecav a pedido do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Para que o decreto entre em vigor, o MMA ainda precisa aprovar a metodologia de classificação. “Nós [Cecav] submetemos os critérios ao ministro. Ele salientou que é preciso conversar com outros ministérios, principalmente o de Minas e Energia e Casa Civil para ver os acordos que serão feitos”, explica José Carlos Reino.

Representantes da sociedade, como instituições de pesquisa, participaram das discussões da metodologia. O Cecav consultou as informações obtidas para, depois, decidir pelos critérios de classificação. Porém, Marcelo Rasteiro acredita que não há nenhuma garantia de que essas opiniões foram levadas em conta. Nem de que as empresas seguirão essas regras à risca. É de responsabilidade dos empreendedores a contratação dos estudos que classificam as cavernas que pretendem explorar. “Na prática, quem tiver recursos para contratar pesquisadores de renome pode destruir quase tudo”, critica Marcelo. ●

Pinturas rupestres são registros da história de nossos ancestrais

Classificação de grutas e cavernas

O novo decreto classifica as cavidades naturais em quatro níveis: máxima, alta, média e baixa relevância. A preservação e exploração das grutas e cavernas são regulamentadas da seguinte forma:

- Relevância máxima: preservadas integralmente
- Relevância alta: poderão ser destruídas desde que se preservem duas cavernas de igual importância, se possível, na mesma região
- Relevância média: podem ser destruídas desde que o empreendedor apóie ações de preservação do patrimônio espeleológico brasileiro
- Relevância baixa: podem ser destruídas sem nenhum tipo de compensação



FOTO: GABRIELLA HAUBER

Por água abaixo?

EM TORNO DA TRANSPOSIÇÃO,
DEBATE SOBRE BARRAGENS EM AFLUENTES DO SÃO FRANCISCO RETORNA

FILIPE MOTTA
Estudante de Comunicação Social da UFMG

Morrer afogada. É o que pode acontecer com a revitalização da bacia caso uma barragem venha a ser construída na calha do baixo Rio das Velhas, entre os municípios de Santo Hipólito e Curvelo. Essa possibilidade não está descartada nos últimos planos da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba, a Codevasf. Além do Velhas, o projeto de “revitalização” que ela propõe para o Velho Chico prevê a construção de mais quatro barragens: três na bacia do rio Paracatu e uma no Urucuia. Na edição 38 da Revista, o Manuelzão discutiu o assunto. E agora? Em que pé que a coisa está?

O órgão do governo federal ainda não tem previsão do início das obras. Mas, os estudos não param. No início do mês de abril foi feita, em Belo Horizonte, uma apresentação preliminar sobre os custos e áreas que as obras atingiriam.

A Codevasf apresenta uma série de justificativas para os empreendimentos, que têm como principal fim regularizar a vazão do São Francisco – ou seja, tornar o volume de água do rio constante o ano inteiro. Segundo a Companhia, além de uma possível melhora da calha para a navegação, as represas propiciariam cheias para as lagoas marginais, que são áreas de reprodução de peixes. E, o que é apresentado como o grande trunfo das obras, aumentaria as áreas para irrigação às margens do Velho Chico.

O assessor técnico da Codevasf, Athadeu Ferreira, ressalta que as novas barragens desafogariam a pressão por água sobre a barragem de Três Marias. Nos períodos de seca, é usual que se libere mais água do reservatório para que não se comprometa a produção das usinas da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, a Chesf.

CRIAS DE TUBARÃO

Há quem veja as barragens como parte do Projeto de Transposição do São Francisco – apesar do Governo Federal não deixar isso explícito. Elas seriam uma forma de compensar a perda de água para o sistema elétrico, em decorrência da retirada prevista no projeto. Em média, pela Transposição vão sair do rio 64 metros cúbicos de água por segundo. De acordo com os próprios técnicos

da Codevasf, com as barragens, o sistema Chesf passará a receber cerca de 60 metros cúbicos de água por segundo – o que equilibraria a geração de energia. O engenheiro especialista em barragens, Sérgio Menin, avalia que a transposição criou divergências entre a Chesf, empresa pública da União, e os setores do governo federal envolvidos com as obras. “As críticas internas dentro da própria administração federal foram grandes. Uma maneira de neutralizar isso é aumentar a vazão garantida no São Francisco”, explica.

SEM VOLTA DO PEIXE?

Com o renascimento do Projeto de Transposição, ainda na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a construção das barragens passou a ser discutida, mas com o propósito de regularização da vazão do rio. Segundo o presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, Thomaz da Matta Machado, a polêmica se instalou a partir de 2004, época da elaboração do Plano Diretor da Bacia.

Não é por menos. Os impactos ambientais dessas barragens para a bacia são imensos. As espécies aquáticas têm a sua vida regulada pelos processos de cheia e vazante, que com as barragens tendem a acabar. É o que explica o biólogo do Núcleo Transdisciplinar e Transinstitucional para a bacia do Rio das Velhas (NuVelhas), Paulo Pompeu. “Quando você regulariza o rio, as espécies param de reproduzir – pelo menos boa parte daquelas importantes para pesca, por exemplo, que são migradoras e se reproduzem na época das cheias”.

O projeto sugere que mecanismos, parecidos com escadas, sejam implementados para que os peixes subam as barragens. Mas Pompeu adverte que, mesmo com isso, há sérios impedimentos à migração dos peixes e à possibilidade deles voltarem a ocupar lugares despoluídos acima da barragem. O biólogo ainda lembra que um dos fatores que mantém possível a revitalização da Bacia do Rio das Velhas é a sua interconectividade – a ausência de separação física do rio com seus afluentes e com o São Francisco. Isso permite que espécies voltem a habitar áreas recuperadas. Com as barragens, essa possibilidade seria muito limitada.

ÁGUA CONTAMINADA

No caso do Velhas é possível que os peixes também não suportem as alterações químicas e a proliferação das cianobactérias – microrganismos tóxicos que causam problemas de saúde e deixam a coloração do rio verde. O engenheiro civil e sanitarista Joaquim Aguirre, que participou da elaboração do Plano Diretor do Velhas, em 2004, é quem aponta o risco. Devido à pequena velocidade das suas águas, ao baixo nível de oxigênio e ao alto nível de nutrientes (fósforo e nitrogênio) despejado pelo esgoto, o Rio das Velhas se tornaria um ótimo criatório das cianobactérias. Com o atual sistema de tratamento na grande Belo Horizonte, sua aparição é eventual, mas tem aumentado. “Isso num ambiente de água corrente, de fluxo intenso. Se construírem um reservatório, o mais provável é que haja um desenvolvimento maior de algas”, argumenta.

Para Aguirre, formas de amenizar esse problema deveriam, inclusive, ser incorporadas ao orçamento do projeto. “O rio tinha capacidade para suportar essa carga na situação natural e tudo foi planejado com base nisso. Quando você cria o barramento, no meu modo de entender, o responsável por um tratamento mais eficiente passa a ser quem construiu o barramento”, argumenta. Ele ainda lembra que os custos de implantação e manutenção do tratamento que retira o nitrogênio e o fósforo da água são elevados (leia matéria sobre o assunto na Edição 50).

PATRIMÔNIO AMEAÇADO

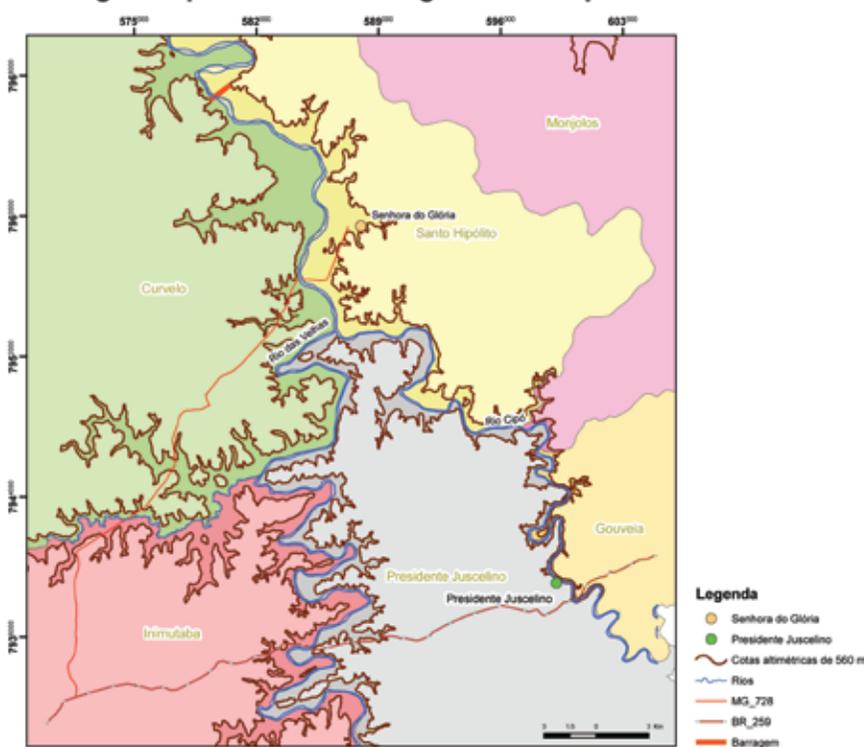
Sem peixes, transformada num lago verde e putrefato, o projeto da barragem do Velhas ainda prevê que um importante espaço

da bacia fique debaixo d’água. Os moradores do pequeno distrito de Senhora da Glória, em Santo Hipólito, com 62 casas tombadas pelo patrimônio histórico estadual, estão apreensivos há mais de três anos, quando os técnicos começaram a inventariar a região. O casal de comerciantes Terezinha Diniz e Dirceu Pereira diz que hoje os moradores suspeitam de qualquer estranho que chega ao lugar e começa a fotografar ou fazer perguntas.

Os prefeitos de Santo Hipólito e Presidente Juscelino se colocam contra o projeto e, por enquanto, têm apoio. Em reunião dos prefeitos da Bacia pela Meta 2010, realizada no final de março, o governador de Minas, Aécio Neves, disse que no seu governo não haverá autorização para construção das barragens. “Elas não fazem parte do plano de desenvolvimento integrado do estado. E, em Minas, não se impõe decisões de fora. Essa é a decisão do governador do estado e deste governo”.

Do outro lado, atrás de apoio político, a Codevasf atrelou geradores de energia aos projetos das barragens – o que não constava na versão de 2003. Com a inclusão, os municípios passariam a arrecadar impostos com os empreendimentos. “Estão tentando passar mel na boca dos prefeitos”, disse, durante a reunião de apresentação dos projetos, o membro do Comitê de bacia do Paracatu, Marcelo Valadares. Seu município será inundado por duas das barragens naquela bacia. Segundo ele, também secretário de Meio Ambiente e Agricultura de João Pinheiro, a arrecadação de um milhão de reais que seria destinado anualmente ao município pelos impostos da geração de energia não é capaz de superar as perdas com a agricultura e pecuária que o alagamento pode trazer. ♦

Região Impactada Pela Barragem Santo Hipólito



BASE: PRODABEL, 1999; PROJETO MANUELZÃO, 2003; EXECUÇÃO: NUVELHAS; ELABORAÇÃO: CIRO LÓTFI

“A discussão das barragens é importante porque elas são filhotes da Transposição e matariam toda nossa luta pela revitalização do Velhas, matando o fluxo da vida, dos peixes, na bacia”,

Marcus Vinícius Polignano,
Coordenador do Projeto Manuelzão



Peixe não morre só pela boca

NO TRECHO DO SÃO FRANCISCO EM TRÊS MARIAS, MORTANDADE DE PEIXES CONTINUA. CAUSA AINDA É MISTÉRIO

HUMBERTO SANTOS E STÉPHANIE BOLLMANN
Jornalista e Estudante de Comunicação Social da UFMG

Há três anos, na edição 34 do Jornal Manuelzão, abordamos a mortandade de peixes no São Francisco, no trecho do município de Três Marias. Na época, não existiam dados e pesquisas que confirmassem qual era a causa da morte dos peixes.

Os peixes continuam morrendo, mas ainda não existe um consenso quanto às causas. Esgoto? Agrotóxicos? Metais pesados? Ou será que todos esses fatores juntos podem levar à morte dos peixes? A grande discussão é saber se as águas do Velho Chico estão ou não contaminadas por metais pesados e se essa pode ser a causa das mortes. A Votorantim Metais, metalúrgica localizada às margens do rio, afirma que nem o rio e nem os peixes estão contaminados por metais pesados. Já pesquisa realizada pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) concluiu que as águas estão sim contaminadas, mas não foi possível determinar se essa é a causa da mortandade dos peixes. E você, o que acha?

REPRESA

A represa da Cemig iniciou suas operações em 1962 e já protagonizou episódios de morte de peixes. Cardumes entravam em suas turbinas e morriam esmagados. Hoje a represa possui um sistema de grades que impede a entrada de grande parte desses peixes. Mas ela ainda afeta o ciclo do rio. Quando a represa está cheia, parte da água passa pelos vertedouros, enquanto o restante continua a passar pelas turbinas. De um lado do rio, a água que passa pelas turbinas é mais turva e fria. Do outro, a que passa pelo vertedouro é pouco turva e quente. Essa diferença dentro do rio pode prejudicar a reprodução dos peixes. Entretanto, a empresa acredita que essa diferença é mínima e que as águas se misturam rapidamente, sem interferir na vida aquática dos peixes.

“Descobrimos que o peixe é carismático. Qualquer pessoa, de qualquer nível, percebe a lógica que liga a presença do peixe à melhoria das perspectivas para sua saúde”.

Thomaz da Matta Machado, coordenador do Projeto Manuelzão, na Diversa.



ILUSTRAÇÃO: BRUNA ARAÚJO

ESGOTO

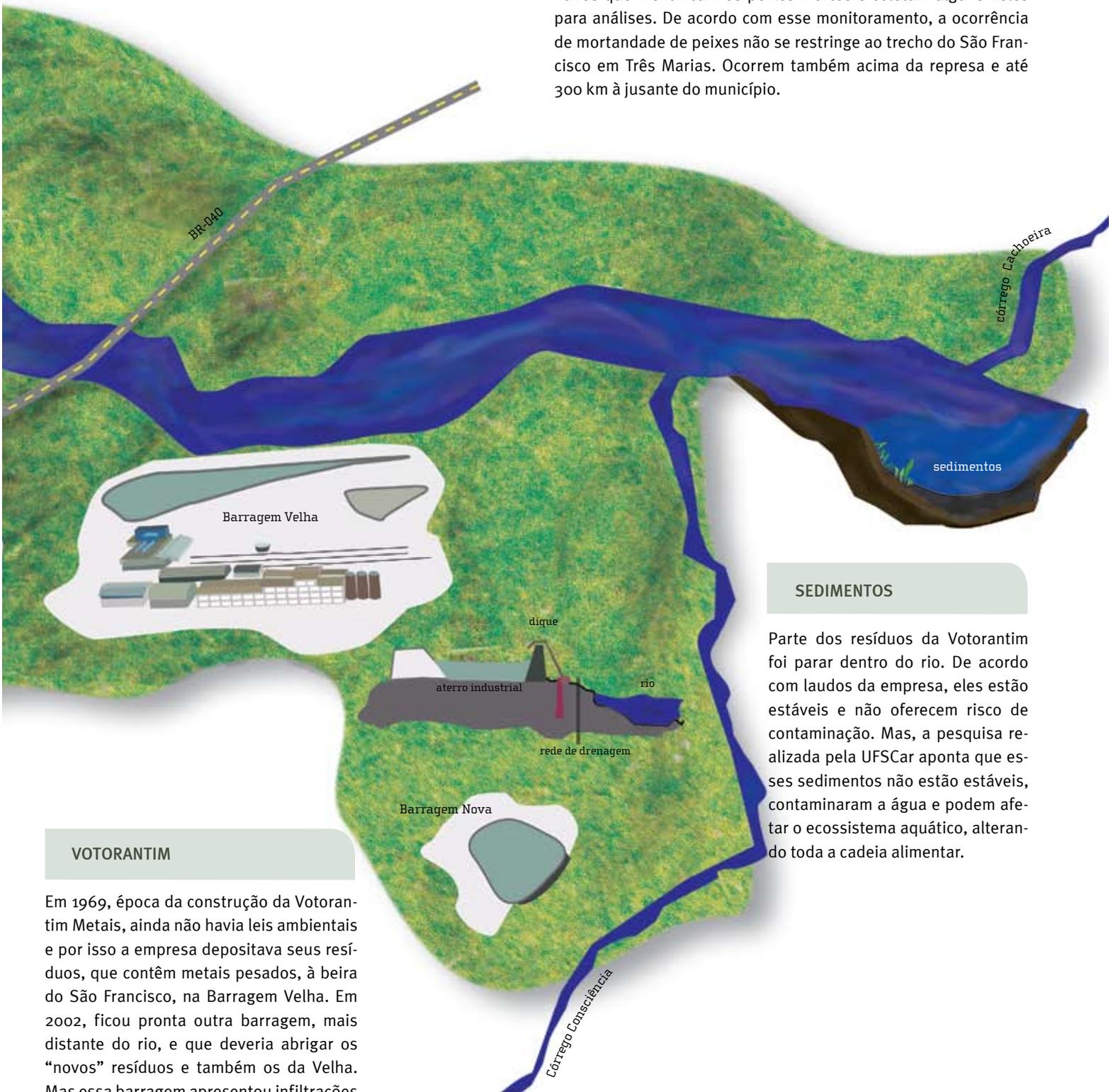
Todo o esgoto de Três Marias é lançado sem tratamento no córrego Barreiro Grande, que deságua no São Francisco. A concessão para gerenciamento do sistema é da Copasa. Segundo o secretário de Meio Ambiente do município, Roberto Carlos, a estação de tratamento de esgoto, que irá tratar cerca de 98% dos efluentes, deve ser inaugurada até junho de 2009. As 22 cidades que compõem o Consórcio dos municípios do Lago de Três Marias lançam seus esgotos no Velho Chico, acima da barragem.

AGROTÓXICOS

Culturas como a batata e o eucalipto, comuns à montante da represa, utilizam agrotóxicos que, com as chuvas, são carregados para o São Francisco.

MONITORAMENTO

Após a grande mortandade de 2004, foi criada uma rede de monitoramento em oito pontos do São Francisco e afluentes. A prefeitura de Três Marias coordena os trabalhos, que são financiados pela Votorantim. A rede também é composta por pescadores treinados que identificam os peixes mortos e coletam alguns deles para análises. De acordo com esse monitoramento, a ocorrência de mortandade de peixes não se restringe ao trecho do São Francisco em Três Marias. Ocorrem também acima da represa e até 300 km à jusante do município.



VOTORANTIM

Em 1969, época da construção da Votorantim Metais, ainda não havia leis ambientais e por isso a empresa depositava seus resíduos, que contêm metais pesados, à beira do São Francisco, na Barragem Velha. Em 2002, ficou pronta outra barragem, mais distante do rio, e que deveria abrigar os “novos” resíduos e também os da Velha. Mas essa barragem apresentou infiltrações e foi desativada. Uma terceira, a Murici, espera a licença de instalação. A expectativa é que ela fique pronta em 2010.

SEDIMENTOS

Parte dos resíduos da Votorantim foi parar dentro do rio. De acordo com laudos da empresa, eles estão estáveis e não oferecem risco de contaminação. Mas, a pesquisa realizada pela UFSCar aponta que esses sedimentos não estão estáveis, contaminaram a água e podem afetar o ecossistema aquático, alterando toda a cadeia alimentar.

Imaginários em Expedição

MINIEXPEDIÇÕES REVELAM TRAJETOS,
EXPRESSÕES E DIFERENTES FORMAS DE SE RELACIONAR COM A BACIA

PÂMILLA VILAS BOAS
Estudante de Comunicação Social da UFMG

“As miniexpedições contribuem para autonomia dos atores da bacia. Ao invés da nossa equipe mobilizar eventos nos locais, cada comunidade está desenvolvendo o seu trabalho, gerando fortalecimento e aprendizado”, Saulo Albuquerque, mobilizador do Projeto Manuelzão.

A revitalização pode ter vários significados. Para alguns, é a possibilidade de ter o peixe de volta ao rio. Pode ser a recuperação das áreas degradadas ou o turismo ecológico. Cada comunidade se relaciona de uma forma com o entorno, com o rio. Se a *Expedição pelo Velhas 2009 – Encontros de um povo com sua bacia* – busca despertar a ideia de pertencimento à bacia, nada melhor do que compreender o que cada comunidade deseja expressar.

Como uma expedição pode abarcar essa diversidade? É desse questionamento que surgiu a ideia de criar miniexpedições para integrar a *Expedição 2009*. Elas são uma oportunidade para que cada comunidade expresse seus desejos, aflições e expectativas com relação à vida na bacia do Velhas. E também representam uma mudança de percepção do Projeto Manuelzão. Se em 2003 a Expedição teve como foco a calha do rio das Velhas, agora o foco é a bacia. Mostrar que o rio não é só resultado de ações na sua calha.

Várias pessoas da sub-bacia do rio Taquaraçu, por exemplo, decidiram fazer uma miniexpedição que faça o resgate histórico e ambiental sobre o trabalho do médico russo Georg Heinrich von Langsdorff na região. Ele fez um catálogo da fauna e pesquisou também hábitos da população no Brasil na década de 1820. Enquanto naquela época ninguém falava em preservação ambiental, o médico já se preocupava com as áreas desmatadas. A proposta, segundo um dos responsáveis pela miniexpedição, Gleison Viana, é fazer um paralelo entre a situação ambiental de Taquaraçu em 1824 e a de atualmente.

“Produtores de água” é o nome da miniexpedição que está sendo preparada pelo subcomitê do Ribeirão Macacos. Veio do fato do rio das Velhas abastecer 70% da região metropolitana. A ideia, segundo uma das responsáveis pela miniexpedição, Simone Bottrel, é conscientizar as pessoas da importância da região e estimular a participação da comunidade no subcomitê.

RECEITA SIMPLES

O tema das miniexpedições é livre e a duração também. Podem ser individuais, falar de culinária para mostrar a importância da diversidade na alimentação ou fazer com que alunos que estudam próximos a córregos diferentes se encontrem. Segundo o coordenador do Projeto Manuelzão, Marcus Vinícius Polignano, o importante é que a pessoa esteja comprometida com a bacia. “Ela tem livre arbítrio para decidir o que mostrar e qual o seu olhar, no momento em que estiver na Expedição”.

O ideal é que as miniexpedições encontrem com a Expedição em algum ponto e que pelo menos um representante participe dos festivais de cultura que vão acontecer nos fins de semana, os Festivalhas. “Nesse momento as pessoas vão fazer um relato da sua experiência, do que eles trouxeram para acrescentar à Expedição. Irão entregar simbolicamente algum objeto, descrição, imagem que simbolize aquele encontro”, explica Polignano.

Aproximadamente 30 miniexpedições foram cadastradas e você pode participar delas. ♦



A miniexpedição (Re)conhecendo o Arrudas andou no dia 03 de maio quase 30 quilômetros da nascente à foz do Ribeirão

SERVIÇO

Para conhecer as miniexpedições já cadastradas acesse o site da Expedição <http://www.manuelzao.ufmg.br/expedicao2009> ou pelo telefone (31) 3409-9817.

Caiu na rede... ... é menos peixe de volta ao Velhas

SE NÃO COIBIDA, PESCA PREDATÓRIA PODE
PREJUDICAR A RECUPERAÇÃO DA BACIA

JESSICA SOARES
Estudante de Comunicação Social da UFMG

A volta do peixe deixou de ser apenas um símbolo das ações do Projeto Manuelzão e vem se tornando realidade no Rio das Velhas. Em 1999, várias espécies só eram encontradas a 200 quilômetros da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), próximo à Curvelo. Em 2007 eles já foram encontrados em Lagoa Santa, a 41 quilômetros de Belo Horizonte, o que não acontecia desde o início da década de 1980. Mas a volta do peixe trouxe uma consequência que pode prejudicar o repovoamento deste trecho do Velhas: a pesca

predatória. “Muitos querem pegar o peixe a qualquer custo”, como conta o canoísta e integrante do Grupo de Educação e Mobilização do Manuelzão, Erick Sangiorgi.

Os dados atuais do monitoramento de peixes, realizado pelo Núcleo Transdisciplinar e Transinstitucional pela Revitalização da bacia do Rio das Velhas (NuVelhas), apontam que um dos principais motivos do retorno do peixe é a instalação de estações de tratamento de esgoto (ETE). Inaugurada em 2001, a ETE Arrudas foi responsável pela redução do lançamento de matéria orgânica na água – cerca de 74% dos efluentes coletados passam por tratamento. O restante ainda não chega à estação devido a falhas nos interceptores de esgoto.

CONTRA A MARÉ

É considerada predatória a pesca que retira do ambiente aquático mais do que ele consegue repor. Em cada rio existem espécies que são próprias do local, como explica o coordenador-geral de Autorização do Uso e Gestão da Fauna e Recursos Pesqueiros do Ibama, José Dias Neto. Para determinar o limite de pesca de cada uma dessas espécies é necessário um estudo específico. O principal critério usado é a condição ambiental de nutrientes, de qualidade do ambiente e a abundância de cada espécie. “Como no Brasil este tipo de estudo não tem sido rotina, começa-se a pescar e depois que o recurso está diminuindo é que corre-se atrás das razões e a partir daí são definidas algumas regras de limite de uso”, explica José Dias. A lei não determina que esse estudo seja realizado.

Desde 1997, é proibida a pesca profissional – aquela utilizada com fins comerciais – em toda extensão do Rio das Velhas, das suas cabeceiras até a desembocadura no rio São Francisco. Isso significa que é proibido o uso de todos os materiais específicos desse tipo de pesca, como redes, tarrafas (redes redondas com pesos na ponta) e espinhéis (conjunto de anzóis atrelados a uma linha principal transversal). Determinada pelo Decreto 38.744, a proibição vale também para os afluentes do Velhas. Como explica o biólogo e pesquisador do NuVelhas, Paulo Pompeu, ao bloquear com redes os afluentes despoluídos do Velhas, ricos em peixes, impede-se a volta deles para o Rio. “Está atacando a fonte de recuperação da bacia”, diz.

Todo material de pesca ilegal apreendido deve ser destruído ou doado

Para registrar

Pescador Amador

- Órgão responsável: IEF
- Permite: exclusivamente atividades de lazer ou recreação com uso de anzol, chumbada, linha, vara ou caniço, molinete, carretilha ou similar, iscas artificiais e naturais.
 - Quem pode obter a carteira: qualquer pessoa
 - Documentos necessários: carteira de identidade e CPF. Menores de 12 anos devem apresentar certidão de nascimento e carteira de identidade ou CPF do responsável legal – original e cópia.
 - Custo: R\$ 54,06 para pesca embarcada e R\$ 24,01 para pesca desembarcada. Estão isentos do pagamento menores de 12 anos e maiores de 60 anos.
 - Renovação: anual

ÓRFÃOS E ANÕES

Para filho de peixe peixinho ser, é preciso que as espécies se reproduzam. Isso acontece sempre entre novembro e fevereiro, quando os peixes sobem o rio para realizar a desova. O fenômeno, denominado piracema ou defeso, é protegido por lei (nº 7.679, de 1988), que proíbe a pesca no período, exceto para a subsistência, quando o total de pescado por pessoa deve ser de no máximo três quilos por dia.

Uma lei no papel não garante seu cumprimento. “Mas se a gente fizer o que preconiza a lei o problema está resolvido”, afirma Erick. Pelo menos em parte. A lei garante seguro desemprego a todos os pescadores que têm a pesca como fonte de sustento, mas esse dinheiro nem sempre é o suficiente. “Eles ganham um seguro muito pequeno e dependendo do rio ele ganharia muito mais que isso”, afirma Paulo Pompeu. E a lei tem outros defeitos.

Todos os animais passam por um processo de seleção natural. Ou seja, padecem primeiro os mais fracos e só perpetuam aqueles indivíduos que possuem as características melhores adaptadas às condições ambientais. A legislação acaba provocando uma “seleção reversa” dos peixes. Ao estabelecer os tamanhos mínimos que podem ser pescados (Decreto 38.744/97), mas não seu tamanho máximo, é gerado o chamado “nanismo”. Capturam-se os peixes maiores e restam no rio, para reprodução, apenas os pequenos – que terão descendentes ainda menores. Erick aponta que esse fenômeno já pode ser observado no Rio das Velhas.



FOTO ERICK SANGIORGI

Pescador Profissional

- Órgão responsável: Seap
- Quem pode obter a carteira: todo pescador profissional
 - Documentos necessários: Carteira de Identidade, comprovante de residência, CPF, PIS/Pasep; duas fotos 3 x 4
 - Custo: R\$10,00 para expedição da Carteira de Pescador Profissional. Taxas de Efetivação ou Renovação do Registro (empresas, embarcações, aquículturas) variam entre R\$26,00 e R\$1.000,00.
 - Renovação: a cada dois anos

Apesar de apresentar ameaça à biodiversidade, hoje é fato que a pesca predatória não está acabando com os peixes – afinal, eles estão voltando. Mas ela impede que esse repovoamento seja mais amplo e, se continuar descontrolada, pode, no futuro, ter um grande impacto no rio – semelhante ao já provocado pela poluição.

DE OLHO NO PEIXE

Para garantir que essa degradação não aconteça, nada de ficar boiando. A fiscalização do Rio é promovida dentro do estado pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF), Polícia Ambiental, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap), e, de maneira apenas complementar, pelo Ibama.

“No Rio das Velhas não tinha o problema da pesca predatória porque não tinha peixe”, explica o Comandante da Companhia de Meio Ambiente da Polícia Militar, Major Alves, referindo-se à época anterior ao ano de 2001, quando o peixe começou a voltar. Responsável pela fiscalização de aproximadamente 180 quilômetros da calha do Velhas (RMBH e municípios próximos), o Major afirma que, com a volta do peixe, a Companhia tem intensificado suas ações no Velhas. Segundo ele, os patrulhamentos, por terra e água, acontecem duas ou três vezes na semana e os policiais não voltam de mãos vazias. Somente em uma operação no mês de janeiro de 2009, ainda no período da piracema, foram apreendidas 43 tarrafas e 22 redes.

Muito do trabalho de campo é feito em conjunto. Técnicos do IEF e da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam) e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) participam do patrulhamento, sem uma periodicidade definida. O Major explica que essa parceria é importante porque os órgãos contribuem com o conhecimento técnico.

O gerente de Gestão da Fauna Aquática e Pesca do IEF, Marcelo Coutinho, conta que muitas das operações realizadas pelo órgão se concentram na fiscalização do comércio. “A gente acredita que regularizando o comércio o pessoal da pesca predatória não vai ter onde vender o peixe”, explica. São realizadas operações pontuais em épocas em que já se sabe que o pescador estará no rio, como no período anterior à Semana Santa.

É obrigatório, segundo o Decreto-Lei nº



FOTO BRICK SANDRONE

Proibida, pesca com tarrafa ainda é vista no Velhas

221, de 1967, o registro de todo pescador, amador ou profissional, no órgão responsável. No caso de Minas Gerais, IEF e Seap (ver Box). Segundo Carlos Frederico, da Gerência de Pesca do IEF, o registro permite um controle melhor sobre o número de pescadores e sobre a atividade. Só no ano passado foram renovadas 32 mil carteirinhas. O recurso adquirido com a emissão da carteira é destinado a investimentos no setor, como compra de embarcações para fiscalização e projetos de educação ambiental. “Quando o pescador tira uma licença de pesca, teoricamente ele tem um compromisso relativo às normas estabelecidas pela lei”, diz. A carteirinha traz em seu verso diversas informações da legislação, servindo também como um mecanismo de instrução. “Você tem um pescador mais consciente quando ele pesca com carteirinha”, deduz.

COMO PEIXE FORA D’ÁGUA

Diversos órgãos estão envolvidos no controle e fiscalização da pesca, e uma dificuldade é comum a todos: a falta de gente. A Polícia Ambiental conta hoje com 188 homens responsáveis pela RMBH e proximidades. No IEF, 23 pessoas lidam mais diretamente com a pesca e, quando necessário, pedem apoio às regionais, totalizando aproximadamente 300 técnicos para todo o estado. Na Polícia está sendo realizado um estudo que analisa a demanda e solicita aumento no efetivo. Será requisitado a cria-

ção de novos pelotões e agrupamentos. “A gente quer praticamente dobrar o número que temos hoje”, explica o Comandante do 1º Pelotão, Tenente Martiniano. Assim que finalizado, o estudo será enviado ao governo do estado que vai determinar se um maior número de policiais recrutados deve ser enviado para a área ambiental.

Além da dificuldade de fiscalização pela falta de contingente, há, muitas vezes, o desconhecimento do policial quanto às determinações da Lei. O próprio Tenente Martiniano desconhecia que há um limite para a quantidade de peixe que pode ser pescado em Minas Gerais, tanto na época da piracema, quanto em período normal. Segundo o Decreto 38.744/97, pescadores amadores podem pescar 15 quilos de peixe e um exemplar (o maior peixe pescado) em épocas comuns, e cinco quilos mais um exemplar, em período defeso. Para a pesca de subsistência permite-se a captura de até três quilos e um exemplar, em qualquer período. O que excede os valores estipulados pela lei, deve ser recolhido, assim como todo equipamento de pesca profissional.

A própria noção do que seria sucesso na fiscalização pode ser questionado. “Toda vez que há uma operação da polícia ambiental é apreendida uma grande quantidade de rede, isso é comemorado. Mas, quando não está acontecendo fiscalização, essas redes todas estão no rio”, alerta Pompeu. Ele avalia que um verdadeiro indicador da eficácia da fiscalização seria não

Redes
atravessadas no
rio se colocam no
caminho dos peixes



FOTO ERICK SANGIORGI

encontrar mais redes, ou pelo menos em menor número, durante os patrulhamentos. “Isso quer dizer que você não está apenas apreendendo, você está coibindo o uso”, explica.

“A fiscalização é apenas uma parte”, aponta José Dias Neto. Responsável pela Divisão de Fiscalização de Pesca do Ibama, Marcelo Amorim afirma que apenas pegar o peixe já capturado é uma falha. “Eu acho que nosso trabalho tem que ser preventivo, por isso defendemos mais a tese de estar no local da pesca para não permitir que se pesque. Na verdade, o que acontece atualmente é que a gente coíbe o crime, mas não defende a natureza”, conta.

CONTINUE A NADAR

Marcelo Coutinho define a fiscalização como um jogo de gato e rato. “O pescador já sabe quando e onde vamos passar no rio, espera a gente ir e vem batendo tarrafa e passando rede. Não tem como estar em todo lugar ao mesmo tempo”, diz. Por isso a necessidade da mobilização e instrução dos pescadores. Os especialistas estão de acordo: a resposta para o problema parece estar na

educação ambiental.

Para o idealizador do Projeto Manuelzão, Apolo Heringer, a volta do peixe ao Rio das Velhas tem vários adversários. “A pesca predatória não é o maior fator, mas nesse momento de recuperação torna-se incômoda demais”. Por isso a necessidade de uma mudança de mentalidade. “A falta de conhecimento é que gera todos os males. A fiscalização do jeito que acontece não esclarece. O que pode mudar essa situação é a comunidade mobilizada”, afirma.

Desde 2002, o GT Pesca (Grupo de Trabalho da Pesca) se reúne anualmente, antes e depois da piracema. Na reunião estão presentes representantes da polícia, IEF, Seap, Ibama, Comitês e Associações de pescadores da bacia do Velho Chico. São discutidas e divulgadas as portarias que regulamentam o período defeso e é dado espaço também para sugestões e opiniões. “À medida que as pessoas passam a conhecer as leis que regulamentam a pesca, elas se tornam mais responsáveis, mais conscientes dos seus erros e das conseqüências deles”, reflete Erick. ●

*“Não é a
fiscalização que
vai impedir a
pesca predatória.
A discussão é
importante para
consolidar a rede de
Amigos do Rio das
Velhas, envolvendo
ribeirinhos e
pescadores. Eles
que vão ajudar a
manter o rio”.*

Rogério Sepúlveda,
Presidente do Comitê
de Bacia Hidrográfica
do Velhas e
coordenador do Projeto
Manuelzão

A história do pescador

Moradores ribeirinhos, forasteiros, grandes fazendeiros, oportunistas. Quem são, afinal, essas pessoas cujas ações entram no caminho da recuperação do Rio das Velhas?

Erick Sangiorgi, canoísta e integrante do Grupo de Educação e Mobilização do Projeto Manuelzão, acompanhou uma ação de mobilização realizada no Carnaval deste ano, em que foram abordados os pescadores que se encontravam ao longo do Rio das Velhas. Ele constatou que ao lado do pescador ribeirinho, que pesca de forma ecologicamente correta, e de pescadores de classe amadora que estão na beira do rio somente pelo lazer, existe o que “arma a rede de manhã e volta à tarde para conferir o que foi capturado, esses usam rede, tarrafa, espinhel, tudo quanto é armadilha”, diz.

Muitas vezes os próprios vizinhos denunciam as atividades predatórias. “Há no meio da população ribeirinha pessoas que praticam a pesca ilegal e pessoas que denunciam. Neste caso, o que mais motiva é o anonimato, eles podem ser vizinhos, amigos, mas um deles não corrobora com aquilo”, comenta Major Alves.

O pescador do município de Augusto de Lima, João Manuel, afirma que a maioria dos pescadores aceita e entende o motivo das restrições, mas alguns ainda reclamam. O motivo do descontentamento? A pesca é o sustento de muitos dos ribeirinhos. Aqueles que estão devidamente registrados recebem auxílio do governo na época do defeso, mas muitos consideram a ajuda – que varia de acordo com o número de integrantes da família – insuficiente.



Para fazer denúncias, ligue para
a Polícia Ambiental: 2123-1600

Laboratório na beira do rio

HUMBERTO SANTOS, STÉPHANIE BOLLMANN E THAIS MARINHO
Jornalista e Estudantes de Comunicação Social da UFMG

Desde que o Projeto Manuelzão nasceu, ele vem defendendo a ideia de que cuidar dos cursos d'água é também cuidar da qualidade de vida e da saúde da população. Com o tempo, várias pesquisas confirmaram essa visão. Estudos como esses têm um papel essencial, pois, além de mostrar a importância de proteger bacias hidrográficas, fornecem ferramentas para políticas públicas ambientais. Recentemente, mais três pesquisas desenvolvidas no NuVelhas/Projeto Manuelzão (Núcleo Transdisciplinar e Transinstitucional pela Revitalização da bacia do Rio das Velhas) saíram do forno e trazem discussões interessantes para a mesa.

“As pesquisas dão continuidade a algum trabalho já iniciado, sempre agregando conhecimento e transdisciplinaridade às questões da Bacia”

Carlos Bernardo
Mascarenhas Alves,
biólogo do Projeto
Manuelzão

Drenurbs é avaliado no Baleares

“Fedorento, quase matava a gente. Para almoçar aqui era difícil. Melhorou muito por que tinha era lixo dentro do córrego. E dentro desse monte de lixo tinha gambá, cobra, rato. Era tudo quanto é coisa”. Assim é como Custódio Tomé de Lima descreve o córrego Baleares antes da revitalização feita pelo Programa de Recuperação Ambiental de Belo Horizonte – NASCENTES/DRENURBS em 2007. Custódio sabe bem do que está falando. Ele mora de frente para o córrego, localizado na Região Norte de Belo Horizonte. Antes das intervenções, o Baleares tinha um quadro não muito diferente de outros cursos d'água em área urbana. O esgoto era jogado in natura e as margens eram ocupadas por construções irregulares, ou não tinham mata ciliar, ou eram erodidas. Sem contar o lixo que ia parar dentro do córrego. Mas hoje a situação é outra. Houve remoção de famílias de suas margens e preservação do leito natural em alguns trechos.

Um estudo realizado pelo geógrafo e pesquisador associado do NuVelhas, Diego Macedo, analisou a eficácia destas intervenções e os resultados não poderiam ser melhores. Analisando dados do NuVelhas sobre monitoramento de qualidade da água incluindo os macroinvertebrados bentônicos – organismos que vivem no fundo do rio, afixados na areia, em rochas ou em galhos – Diego percebeu que hoje a qualidade hídrica está muito boa. O Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) classifica as águas entre Classe Especial – a melhor, Classe 1, 2, 3 e 4. Quanto menor o número, melhor a qualidade. Segundo o pesquisador, as águas do córrego estão em Classe 2. Isso quer dizer que de acordo com a legislação brasileira, você pode nadar, pescar e irrigar hortaliças, por exemplo. Mas alguns parâmetros do

curso d'água como oxigênio dissolvido e os coliformes fecais, que são os mais valorizados pelos especialistas brasileiros, já estão em Classe 1.

A principal causa de poluição antes das intervenções no Baleares era o esgoto. Atualmente, é a poluição difusa. Ela está espalhada ao longo da bacia, sem que se consiga determinar exatamente de onde ela vem. Pode ser a sujeira acumulada nas ruas, a fumaça de fábricas e carros ou até mesmo o lixo não recolhido. Por ser difícil identificar de onde ela vem, também é difícil controlar seus impactos. Na época de chuva, por exemplo, a poluição difusa afeta mais o córrego, já que mais sujeira é carregada para dentro do Baleares. Pode inclusive chegar a mudar a classe da água em alguns parâmetros. Apesar dos bons resultados, Diego pondera que é necessário manter o que está revitalizado. “A partir do momento que não tem manutenção, começa a ligação clandestina

Um esgoto a céu aberto, este era o córrego Baleares, na região norte de Belo Horizonte

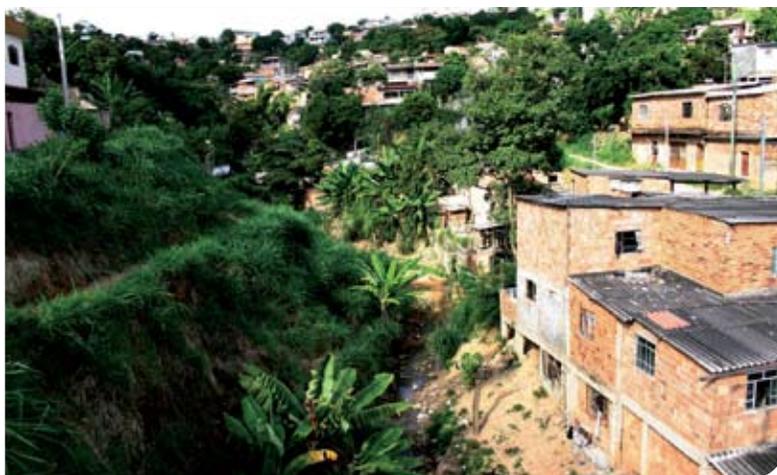


Foto: Arquivo PHB



Pode não parecer, mas é o mesmo córrego, só que revitalizado

de esgoto [ou seja, ligar a rede de esgoto doméstica direto no córrego], isso pode reverter o processo”, alerta.

Esse tipo de estudo é raro, já que existem poucos casos de restauração de rios no Brasil. A metodologia, utilizada por Diego, foi desenvolvida em outros países, onde o processo de revitalização é mais comum e pode ser aplicada em outros cursos d’água

NA BOCA DO POVO

Além de analisar a qualidade hídrica, a pesquisa buscou identificar a satisfação dos vizinhos em relação ao córrego e às obras. Para isso, Diego utilizou uma pesquisa amostral e questionários, em 179 domicílios. “Os resultados foram bem aceitos pela população, o que traz boas perspectivas no processo de implantação e manutenção deste tipo de programa de restauração de rios urbanos”, analisa Diego.

Embora a aceitação tenha sido boa, o pesquisador ressalta que a opção “avenida sanitária”, com canalização do córrego e construção de larga via nas margens, ainda é apreciada por 51% das pessoas entrevistadas. “A grande maioria queria uma avenida principal que cortasse todo o córrego e teria ônibus e comércio. Com o trabalho que o Manuelzão fez, hoje vejo que a única saída seria mesmo a revitalização das nascentes desse córrego”, conta Consuelo Rodrigues, professora da Escola Estadual Geraldina Ana Gomes, que fica próxima ao Balears. A percepção das pessoas não muda de uma hora para outra. O córrego sempre foi visto como esgoto a céu aberto e para que essa visão se modifique é necessário tempo e um trabalho de educação ambiental. Este olhar negativo, na opinião de Diego, “pode inibir a participa-

ção popular em processos semelhantes de restauração”. Para que as pessoas participem mais, elas têm que perceber a importância de recuperar o córrego e como isso vai trazer melhorias em sua qualidade de vida.

Depois de todos esses resultados, podemos dizer que o programa Drenurbs é eficaz? “O que posso dizer é que em relação ao Balears as intervenções propostas pelo Drenurbs foram eficazes. Mas cada caso é um caso. É um modelo promissor, uma maneira de mudar o conceito de drenagem urbana, evitando as canalizações e fazendo o correto gerenciamento do esgoto”, responde Diego. Ele completa ainda: “o córrego ficou em leito natural e alguns trechos em semi-natural, que é artificializado, mas muito bom. Isso dá a permeabilidade e rugosidade ao fundo, permitindo que sejam simuladas características próximas ao natural”.

Dissertação: Avaliação de Projeto de Restauração de Curso d’água em Área Urbanizada: estudo de caso do Programa Drenurbs em Belo Horizonte

Autor: Diego Rodrigues Macedo

Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da UFMG
Orientador: Prof. Dr. Antônio Pereira Magalhães Jr. - UFMG

Ferramenta nova “vê” qualidade das águas com dados biológicos

As águas da bacia do Rio das Velhas apresentam diferentes qualidades. Em 21 pontos monitorados, 48% apresentam excelente condição, 14% apresentam qualidade boa, 19% regular e 19% ruim. Os dados podem ser parecidos com de outros estudos, entretanto há diferenças importantes. Não nos resultados, mas na maneira com que foram obtidos. Para encontrá-los, o biólogo Wander

e o seu grau de tolerância aos diferentes níveis de impacto”.

Mas para chegar aos resultados de qualidade o caminho foi longo. Foi preciso analisar um conjunto de 30 métricas (medidas) biológicas a partir dos dados obtidos pelo Programa Biomonitoramento de Qualidade de Água e Macroinvertebrados Bentônicos na bacia do Rio das Velhas. São exemplos de métricas biológicas o número de famílias de macroinvertebrados encontrados no ecossistema e a porcentagem de determinados organismos em relação à fauna total. Os dados utilizados foram colhidos no período de junho de 2004 a novembro de 2007. Das 30 métricas, Wander selecionou seis para compor o IBB e as comparou em trechos preservados e alterados (que não guardam as características naturais) para criar parâmetros de avaliação da qualidade da água.

A partir desta definição, o IBB permitiu diagnosticar o estado das águas da bacia e confirmou que os principais problemas de degradação estão concentrados no Alto Rio das Velhas, principalmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Os trechos que apresentam água de melhor qualidade se encontram no Médio (a partir do município de Curvelo) e Baixo Rio das Velhas (ver mapa).

OUTRO CAMINHO

O Igam (Instituto Mineiro de Gestão das Águas) realiza monitoramento de cursos d'água e divulga anualmente o Mapa de Qua-

Rio e saúde, tem a ver?

Todo mundo já escutou dizer da importância da água na vida de todos os organismos, incluindo o homem. E que a água é um dos recursos naturais mais importantes e dela depende a sobrevivência de todos os seres vivos. Se cuidar da água é cuidar da vida, porque não relacionar a qualidade da água com a da saúde humana?

Foi isso que fez a ecóloga Luziana Silva, também pesquisadora associada do NuVelhas. Sua pesquisa analisou dez micro bacias urbanas de Belo Horizonte pertencentes à bacia do Rio das Velhas e relacionou os indicadores de qualidade de água a indicadores de saúde humana. A partir desse estudo, Luziana apontou os efeitos da deterioração dos ecossistemas aquáticos na saúde da população humana das bacias hidrográficas analisadas.

Em seu estudo, Luziana levou em consideração parâmetros físicos e químicos da água, como a concentração de nitrogênio e oxigênio, e indicadores biológicos, como a existência de macroinvertebrados bentônicos. A novidade é que ela também considerou indicadores de saúde humana, a mortalidade infantil e a internação de crianças por diarreia. Segundo a pesquisa, quanto menor a concentração de oxigênio na água e maior a de nitrogênio, maior o número de internações de crianças por diarreia. Ou seja, embora a pesquisa não possa associar diretamente a causa das diarreias com o estado do córrego, as regiões nas quais a qualidade das águas não eram boas, são as mesmas que apresentam índices de saúde ruins.

É sabido que a pouca concentração de oxigênio e muita de nitrogênio é maléfica à qualidade da água de um rio. Mas, a associação desses indicadores com a saúde da população que vive no entorno do rio é pioneira. Ainda assim, existem alguns empecilhos.

lidade das Águas de Minas Gerais. Esse estudo faz a análise das águas das oito principais bacias mineiras utilizando parâmetros físico-químicos. Na bacia do Rio das Velhas, são 353 pontos monitorados em quatro campanhas anuais. Nos dados divulgados em março deste ano, 44,1% dos pontos apresentaram predominância de IQA ruim. O IQA é um índice que avalia a qualidade da água levando em conta a presença de contaminação por matéria orgânica. São utilizados nove critérios, entre eles oxigênio dissolvido, pH e presença de coliformes fecais. Outros 31,6% pontos possuem IQA médio e 18,4%, Bom.

Segundo a diretora de Monitoramento e Fiscalização do Igam, Marília Melo, o que pode ser feito para obter dados mais eficientes e precisos é integrar as redes de monitoramento existentes. “O Igam faz esse monitoramento, mas a Copasa, a Secretária de Saúde e as próprias indústrias também monitoram. O que nós vamos trabalhar aqui como um piloto na bacia do Velhas é integrar essas informações”, explica.

Dissertação: Índice Biótico Bentônico no Biomonitoramento da Bacia do Rio das Velhas

Autor: Wander Ribeiro Ferreira

Programa de Pós Graduação em Ciências Biológicas da Universidade Estadual de Montes Claros

Orientador: Prof. Dr. Marcos Callisto - UFMG

Co-orientador: Prof. Dr. Anderson Medeiros dos Santos - Unimontes

A falta de um banco de dados e outras pesquisas sobre o assunto são alguns deles.

Mas e aí? O que fazer com esses dados? Segundo Luziana, “esse trabalho é uma iniciativa para que haja uma preocupação, tanto das autoridades governamentais como dos planejadores, para que se considere essa variável de saúde no plano de gestão de bacias hidrográficas”. Atualmente, a gestão de bacias hidrográficas tem como base apenas a qualidade ambiental. Associar a questão da saúde a esse fator pode levar a população ribeirinha a participar e contribuir mais para a melhora da qualidade da bacia.

“BELÍNDIA”

O período de análise da pesquisa foi de 2005 a 2008. Das micro bacias analisadas (ver mapa), a Santa Tereza e a Cachorro Magro encontram-se na situação mais crítica: são altos índices de internação por diarreia infantil e os piores valores para os indicadores de qualidade de água analisados. Já a do Acaba Mundo é menos crítica. O índice de internação por diarreia infantil é igualado ao de países desenvolvidos – uma ocorrência em mil, enquanto que em Belo Horizonte a média é de seis em mil – e os valores para os indicadores de qualidade de água são bons. ●

Dissertação: Integração Ecológica de Indicadores Ambientais e de Saúde Pública na Bacia do Rio das Velhas – Minas Gerais

Autora: Luziana de Souza Silva

Programa de Pós-Graduação em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre - UFMG

Orientador: Prof. Dr. Marcos Callisto - UFMG

Co-Orientador: Prof. Dr. Antônio Thomaz da Matta Machado



Garimpo clandestino realizado na cabeceira do Rio das Velhas, na divisa de Ouro Preto e Itabirito. Em operação da Companhia de Meio Ambiente da Polícia Militar, duas dragas foram apreendidas e foram feitas prisões.

Cipó em perigo

O Vale do Soberbo, localizado na Serra do Cipó e cortado pelo rio de Pedras e cachoeiras, está sob a ameaça da mineração. A empresa Articum pretende fazer a extração de diamantes na região, que abrange os municípios de Santana do Riacho, Pirapora e Congonhas do Norte. Uma lei Estadual de 2004 proíbe qualquer tipo de mineração na Serra do Cipó, por ser uma região turística, assim como o Plano diretor de Santana do Riacho. Mas uma autorização para a pesquisa foi concedida pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente no final de 2007.

Além disso, a administração municipal à época se colocou a favor do empreendimento. A promotoria do Conselho Municipal de Meio Ambiente (Codema) de Jaboticatubas, conseguiu paralisar as pesquisas para que a autorização da empresa seja revista. De acordo com o atual secretário de meio ambiente de Santana do Riacho, Gesner Belisário Junior, os equipamentos da empresa são enormes. Isso indicaria que a empresa já está preparada para começar a minerar. No dia 04 de abril, em Jaboticatubas, moradores da região e ambientalistas fizeram uma passeata contra a mineração.

Mapas analíticos

O Atlas da Questão Agrária Brasileira apresenta uma coleção de mapas temáticos sobre a situação da agricultura no Brasil. Fruto do doutorado do geógrafo Eduardo Girardi, o Atlas traz informações sobre a estrutura fundiária brasileira, a ocupação do território pela agricultura e o agronegócio. O geógrafo constatou que o fluxo migratório é constante e que o “campo” abriga cerca de 16,4 milhões de pessoas. Ele chama a atenção para a reforma agrária desenvolvida por sucessivos governos.

Entre 1979 e 2006, foram criados 7.666 assentamentos, numa área de 64,5 milhões de hectares, que não alteraram a concentração fundiária. “Desde o regime militar, assentam-se pessoas nos confins da Amazônia, com o objetivo de não alterar a estrutura do Centro-Sul”, explica. Para ele, é possível continuar expandindo a produção agropecuária por um período de mais 20 anos, a uma taxa de 4% ao ano, sem precisar tocar na Amazônia.

Na rede

Informações sobre 181 dos 227 povos indígenas reconhecidos no Brasil podem ser consultadas no site Povos Indígenas no Brasil. Organizado pelo Instituto Socioambiental, o site traz verbetes com costumes, rituais, organização social, línguas e aspectos culturais, políticos e econômicos. Além disso, possui notícias atualizadas sobre cada povo e grande acervo de fotografias.

Outro site traz números sobre a qualidade da água, saneamento e saúde nos municípios brasileiros. Organizado pela Fundação Oswaldo Cruz e pelo Ministério da Saúde o atlas digital Água Brasil possibilita ao usuário acessar mapas e gerar gráficos sobre vários indicadores, como por exemplo, a taxa de incidência de leptospirose por município.

08/05 . Sexta
Belo Horizonte – Ouro Preto

FESTIVELHAS OURO PRETO

(09 e 10 de maio)

09/05 . Sábado
Ouro Preto

10/05 . Domingo
Ouro Preto – São Bartolomeu

11/05 . Segunda
Cachoeira do Campo (Ouro Preto) –
Acuruí (Itabirito)

12/05 . Terça
Itabirito – Rio Acima

13/05 . Quarta
Honório Bicalho – Nova Lima

14/05 . Quinta
Raposos – Sabará

15/05 . Sexta
Sabará – General Carneiro
– Santa Luzia

FESTIVELHAS SANTA LUZIA

(16 e 17 de maio)

16/05 . Sábado
Santa Luzia

17/05 . Domingo
Santa Luzia – Sumidouro

18/05 . Segunda
Sumidouro (Ribeirão da Mata)

19/05 . Terça
Funilândia

20/05 . Quarta
Sete Lagoas – Jequitibá

21/05 . Quinta
Santana do Pirapama – Barra do
Luiz Pereira (Cordisburgo)

22/05 . Sexta
Santa Rita do Cedro – Presidente
Juscelino (Cipó – Paraúna)

FESTIVELHAS CURVELO

(23 e 24 de maio)

23/05 . Sábado
Curvelo – Inimutaba

24/05 . Domingo
Curvelo – Nossa Senhora da Glória
(Santo Hipólito)

25/05 . Segunda
Santo Hipólito (Subbacia do Rio Pardo)

26/05 . Terça
Augusto de Lima (Subbacia do
Rio Curi mataí)

27/05 . Quarta
Beltrão (Corinto) – Lassance

28/05 . Quinta
Várzea da Palma

29/05 . Sexta
Barra do Guaicuy

FESTIVELHAS BARRA DO GUAICUY

(30 e 31 de maio)

30 e 31/05 . Sábado e Domingo
Barra do Guaicuy

01/06 . Segunda
Retorno a Belo Horizonte

FESTIVELHAS BELO HORIZONTE

(05 e 06 de junho)

05/06 . Sexta
Belo Horizonte

06/06 . Sábado
Belo Horizonte / Encerramento
Festivelas

Realizaçã o



Parceria

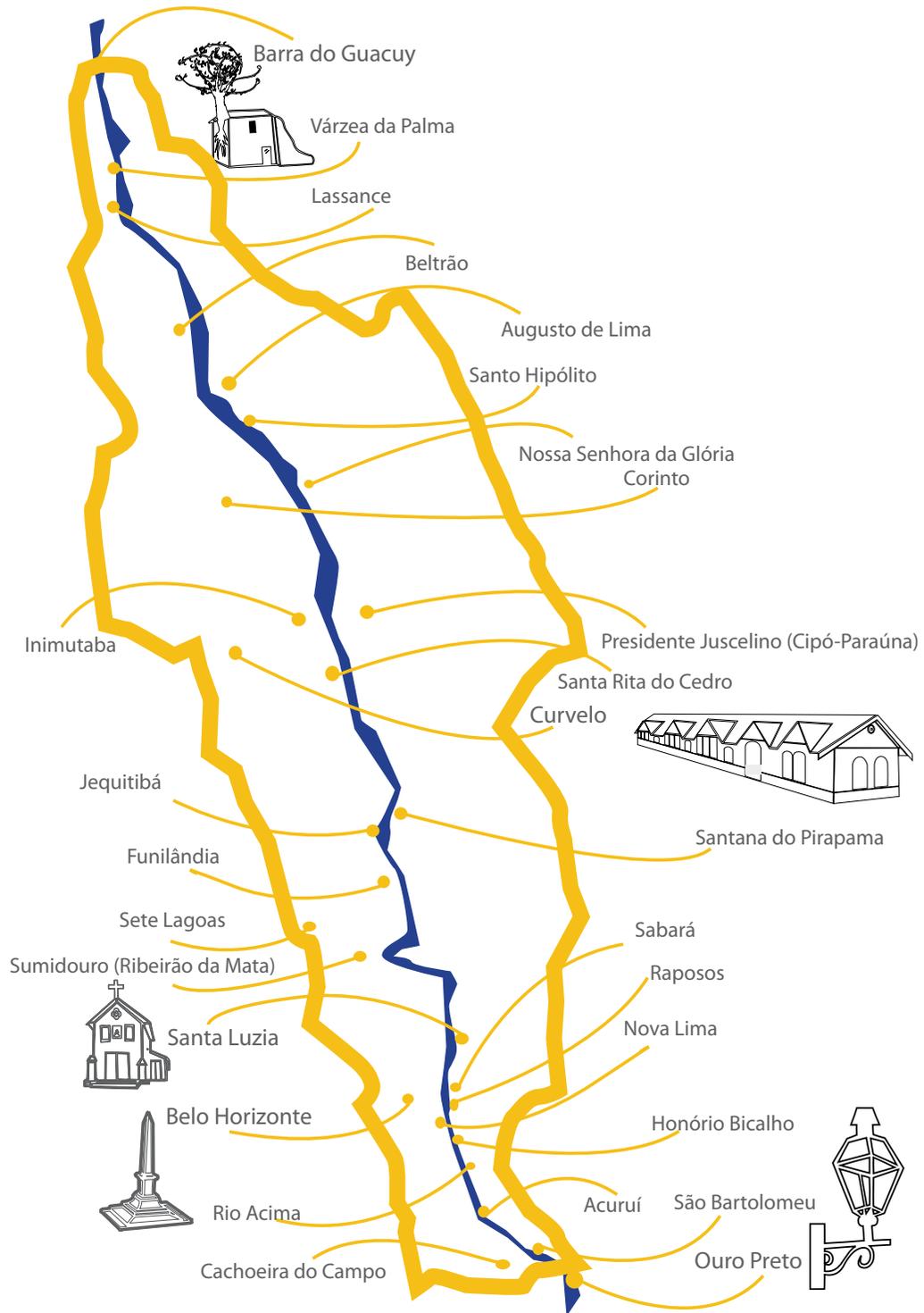


Agente financeiro



Expedição pelo Velhas

Encontros de um povo com sua bacia



Sem tempo, sem espaço

PROJETO MANUELZÃO CHAMA A POPULAÇÃO PARA FORMAR UMA REDE DE CULTURA NA BACIA DO RIO DAS VELHAS

PÂMILLA VILAS BOAS
Estudantes de Comunicação Social da UFMG

“O batuque de zabumba ecoa na praça, o rei está chegando. Um aparente caos sonoro. Das origens se diz que é luso-brasileira, a sonoridade dos tambores e cânticos lembra os africanos. O problema não é só de onde vem, é como vai. O congado é manifestação característica de Minas, e como outras expressões culturais como artes plásticas, artesanato, música, teatro, folia de rei, é obra em construção, conectando aqui e ali com as outras coisas do mundo. É uma rede, são várias redes. É para provocar esse olhar que o Projeto Manuelzão transformou a expedição também num ponto de construção de uma rede cultural na bacia do Velhas.”

Rede é comunicação, troca de ideias. Uma coisa que nem sempre tem hierarquia, muitas vezes não tem chefe. A integrante da Comissão de Arte e Cultura do Projeto Manuelzão, Letícia Malloy, reforça a idéia de que o Manuelzão seria uma espécie de fio condutor da rede. Um facilitador desse diálogo. Nesse caso, criar uma rede significa fazer com que grupos de uma localidade possam conhecer outras manifestações e ampliar seu horizonte de atuação. “A gente pensa que a rede fortalece as propostas porque as pessoas são capazes de se conhecer e trocar informações ricas e casos de sucesso, potencialidades e vulnerabilidades na bacia do Velhas”, explica a integrante da Comissão de Arte e Cultura do Projeto Manuelzão, Danielle Alves. Além disso, segundo o produtor cultural do Projeto, Germán Milich, a rede é importante para criar uma percepção de que “não existe só o que a gente consegue enxergar”.

PARA ALÉM DE UM EVENTO

A rede de cultura da bacia do Rio das Velhas foi uma alternativa, também, para que os festivais de cultura que vão acontecer durante a Expedição 2009, Festivalhas, não ficassem restritos a um evento. O Projeto passou por al-

guas experiências, como a Expedição 2003, o Festivalhas realizado no Morro da Garça em 2005 e o em Jequitibá em 2007 para perceber que não iria conseguir proporcionar diálogo com apenas alguns eventos. Para Gérman “essa rede seria a nossa garantia de que os Festivalhas possam ter continuidade mesmo sem o projeto”. Um exemplo são as articulações que já estão acontecendo entre os artistas. Mesmo com a proposta do Projeto Manuelzão em realizar um evento com dois dias de duração em cada localidade, Ouro Preto decidiu continuar o festival na semana seguinte ao Festivalhas e Santa Luzia vai começar uma semana antes.

Essa preocupação de que o evento não se restrinja apenas ao momento dos Festivalhas não é apenas do Manuelzão. Durante a reunião com os artistas em Santa Luzia para debater a programação do Festival, eles se manifestaram: “fazer um festival significa apoiar as pessoas que fazem esse festival”, afirma o poeta e palhaço Vinícius de Carvalho. A dançarina afro, capoeirista Angola e arte-educadora de Santa Luzia, Marilene Rodrigues, relata que vários artistas se recusaram a participar das reuniões com o Projeto: “qualquer evento que vem só para fazer uma passagem na cidade vai ser só um evento. Nenhum artista quer participar por que há desconfiança de que isso aconteça”, explica.

SEM LIMITES

O tamanho de uma rede é variável, por isso não é possível estimar quantas pessoas vão participar da rede de cultura do Rio das Velhas. O seu espaço geográfico não pode ser limitado. Estar numa rede é mais uma atitude de pertencimento do que de um cadastro formal. Alguém pode não participar oficialmente da rede de cultura da bacia do rio das Velhas, mas se sentir conectado com a causa. Um artista do Vale do Jequitinhonha pode estar em





FOTO: ARQUIVO SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SANTA LUZIA



Congado na Festa do Rosário e Procissão do Jubileu, uma das manifestações tradicionais de Santa Luzia

rede com a cultura da bacia do Velhas, por exemplo.

Daí surge uma das grandes dificuldades de qualquer iniciativa de rede: a comunicação. Fazer com que as pessoas consigam dialogar entre si. E isso, segundo o especialista em gestão de redes, Cássio Martinho, não é um problema tecnológico, devido a presença da internet, é uma questão de atitude. Para ele, o principal desafio é fazer com que as pessoas participem.

Muitas vezes, a proposta que une vários atores em uma rede não é suficientemente clara, o que pode contribuir para a queda na participação. Por isso, para Cássio, essa proposta precisa ser atualizada para que as pessoas sejam estimuladas a contribuir. “Rede de cultura é um negócio amplo demais e insuficiente para mobilizar as pessoas por causa da vagueza e muitas vezes temos que traduzir objetivos amplos para objetivos menores, concretos, factíveis e mobilizadores”, relata.

E quando perguntado sobre exemplos de redes culturais que deram certo, Cássio responde: “todas, inclusive as fracassadas”. Isso por que, quando o diálogo é estabelecido ele se mantém, quando os artistas reconhecem seu trabalho e o de outros, aí está a semente que pode gerar parcerias. “Já vi muitas vezes as redes se desfazerem enquanto projeto coletivo, enquanto organização, permanecerem sem nome e funcionando como rede. Não com reuniões periódicas, mas como um processo de colaboração de atores iguais que querem juntos fazer alguma coisa”, explica.

VALORIZAÇÃO DA CULTURA TEM CURA?

Ao falar sobre as dificuldades de espaço e da falta de valorização da cultura em Santa Luzia, o artista plástico Alésio de Souza compara: “isso não é uma doença de Santa Luzia, é uma doença geral”. Independentemente do lugar, as reivindicações são parecidas.

Celmar fala da falta de políticas públicas voltadas para a cultura. Marilene, da falta de valorização e da perda da identidade da cultura local e o músico de Ouro Preto, Ricardo de Freitas, sobre a falta de espaço para apresentar o seu trabalho.

A presidente do núcleo de Artesanato de Curvelo, Rosália Maria Soares, conta que a Associação existe há oito anos e só na semana passada conseguiu apoio da prefeitura para expor o artesanato no centro cultural da cidade. “Batíamos na porta e elas nunca eram abertas. Agora estamos tendo espaço para mostrar. É muito bom ver que as pessoas estão procurando a associação”, relata.

Muitas surpresas surgiram durante as reuniões preparatórias para definir a programação dos Festivais de Cultura. Para Letícia, da Comissão de Arte e Cultura, essa rede já está sendo tecida na medida em que os atores reconhecem a diversidade de sua região. “Pessoas que estavam isoladas ou num determinado grupo e não conseguiam avançar muito em seu trabalho, mostram um certo encantamento: poxa, eu não sabia que aqui perto de mim tinha tanta coisa bacana acontecendo”, conta.

Como no caso do artista plástico Alésio de Souza que teve um quadro exposto na Áustria, China e Tailândia. Ele não teve a oportunidade de ir a esses lugares por falta de recursos e não foi fácil conseguir patrocínio para levar a obra. “Quando eu pedi para o quadro ir para Europa, eu fui conversar com a secretária de cultura e ela falou: ‘Mas aqui em Santa Luzia tem um artista desse nível e a gente não sabe’”, relata.

“A Expedição e o Festival das Velhas vão contribuir para a criação da Rede de Cultura para a bacia do Rio das Velhas. Além de organizar grupos, ela permite avançar no pensamento de bacia.” Germán Milich, produtor cultural do Projeto Manuelzão. ♦

Para não ficar no papo

SEGUNDO O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO REDE CATITU, REDES INTEGRADAS SÃO A SAÍDA PARA QUE EXPRESSÕES CULTURAIS NÃO SE PERCAM

VICTOR VIEIRA
Estudante de Comunicação Social da UFMG

“A Expedição tem caráter de integração. A ideia é que os representantes das redes se conheçam e possam promover intercâmbio entre trabalhos realizados”

Danielle Alves,
integrante da Comissão
de Arte e Cultura do
Manuelzão.

Catitu* fora da manada vira papá de onça. Com esse lema, a Associação Rede Catitu Cultural mostra que as manifestações artístico-culturais, quando se unem, ficam mais fortes. Atualmente, as redes exercem o papel de integrar e divulgar essas expressões desenvolvidas pelo Brasil afora. Há mais de dez anos, a Rede Catitu fornece suporte e orientação às ações de artistas e agentes culturais dentro de Minas, sejam eles profissionalizados ou não. Para seu presidente, Marco Lobo, a cultura popular é festa, folia, culto. Ele conta como é trabalhar com esses artistas que estão fora dos palcos e longe da mira dos holofotes. Com certeza, desse mato sai catitu. Mas não um. Vários.

Por que surgiram as redes culturais?

O trabalho das redes culturais é recente e acontece graças à Constituição de 1988 e às políticas públicas implantadas no país. As redes têm surgido porque grupos começaram a se organizar. Perceberam que sozinho ninguém faz nada. A ONG [organização não-governamental] faz o que o Estado não dá conta. O Estado não consegue aproximar o meio ambiente da cultura, por exemplo. As ONGs são capazes de criar vias de comunicação. As ações da cultura popular estão espalhadas. A gente apóia trabalhos, cria relações com as comunidades. Chamamos uma pessoa da comunidade que é detentora dessa cultura popular e identificamos se é capaz de fazer o trabalho de gestão.

Como os artistas integram as redes?

Tem dois tipos de artistas. O artista popular, que não vai se identificar como artista, o folião, por exemplo. O outro se interessa em saber os segredos dessas manifestações. Mas não para criar espetacularização. Eles querem conhecer ritmos, tons, timbres, experimentações e trazer para dentro de sua própria arte. Numa ONG é bom você ter pessoas de várias áreas, uma da cultura, uma do meio ambiente, uma que entenda de direito. Tudo é rede.

Qual é o destaque que as redes ganham na mídia?

A grande mídia não fala sobre isso. O povo não se vê, não tem reflexo dele mesmo. Não é no

jornal, na TV, é na internet que a informação está chegando. Existem muitas ideias em circulação na internet. Estamos adquirindo poder e temos muitas informações para dar.

Qual é o alcance dos editais de financiamento do governo?

Os editais forçaram a organização dos grupos. Foram estabelecidas políticas novas. Há muitos editais, porém não são suficientes para o Brasil e para a quantidade de coisas que temos. Existem as leis de incentivo e tem que saber usá-las. Não é fácil. Mas todos podem aprender. A burocracia é usada para evitar desvios.

Quais são as dificuldades de manter uma rede?

O drama é se não tiver vontade política. O governo não apoiar. As ONGs foram criadas para resolver lacunas do Estado e ele é o financiador de tudo o que fazemos. Em Minas Gerais, é complicado porque temos a maior quantidade de municípios. Cada um tem no mínimo cinco distritos. Cada distrito tem uma manifestação popular escondida. Escondida, não. Está lá e ninguém sabe. Além disso, a gente não pode implantar uma ação sem que representantes dessas comunidades participem. Temos que esperar eles abrirem a porta das suas casas. Não se trabalha para um, mas para o conjunto. A afirmação dessa sociedade é na expressão da sua cultura popular. ♦

*Porco do mato

FOTO: VICTOR VIEIRA



Mais sobre a Rede Catitu:
<http://redecatitucultural.blogspot.com>

Menino do Rio

ERICK WAGNER PASSOU PARTE DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO RIO DAS VELHAS E HOJE ATUA NO MANUELZÃO

GABRIELLA HAUBER
Estudante de Comunicação Social da UFMG

“Um eterno menino de alma ambientalista”. As palavras do primo, Henrique Sangiorgi, descrevem bem Erick Wagner, que completa 37 anos em julho. Nascido e criado em Belo Horizonte, passou parte da infância e adolescência cercado por ambientalistas na fazenda da família. A Fazenda Marambaia, em Beltrão, distrito de Corinto, na região central de Minas Gerais, é margeada pelo Rio das Velhas. O Rio era o principal motivo pelo qual o pai Rolemann e o tio Ernani iam à fazenda com suas famílias. Os dois pescavam quase todo final de semana e era Erick quem cuidava das embarcações. “Eu ficava praticamente o dia inteiro dentro do Rio. Na época a água era limpinha. Era tranquilo”, afirma Erick, hoje canoísta do Projeto Manuelzão.

A influência do pai, do tio e de Henrique foi grande. Desde pequeno, Erick teve uma relação de respeito com a natureza, sabia o que era certo e o que era errado. Foi uma influência natural, a partir de exemplos. “Ele nunca me viu jogando uma rede, matando um pássaro. Sempre nos viu coibindo esse tipo de atitude”, conta Henrique, orgulhoso. Erick lembra também de quando viu o pai e o tio soltando peixes de volta ao Rio. “Não traziam peixes a mais. Soltavam. E a gente fazia outras pessoas soltarem também, tirarem as redes”, recorda.

E é da mesma forma que Erick e a esposa,

Rebeca Brandão, ensinam a filha Sofia, de três anos. Rebeca diz que a filha adora animais e já demonstra preocupação com o meio ambiente. “Onde a gente mora, estavam fazendo a poda das árvores e ela falou ‘mamãe, ele está cortando a árvore! Não deixa!’ E eu não lembro de ter falado isso com ela”, conta, Erick também pai de Cindy, de 16, de outro relacionamento.

“PAU PARA TODA OBRA”

A entrada de Erick no Manuelzão foi como um “faz tudo” na Expedição de 2003. “Ele queria participar de qualquer maneira. E fez por onde. Mandou fazer faixas, disponibilizou a fazenda. Montou um aquário com peixes nativos para exposição do trabalho do Manuelzão”, relembra Rafael Bernardes, canoísta do Projeto Manuelzão.

Foi nessa Expedição que Erick começou a se interessar pela canoagem. De lá para cá, deixou os barcos a motor de lado e deu prioridade ao caiaque. “Os motores são barulhentos. Você não consegue perceber milhares de coisas. Na canoagem, você interage com a natureza, os animais deixam você se aproximar. O rio conversa com você”, afirma.

A oportunidade de descer o rio de caiaque apareceu em 2006, na Expedição pelo Ribeirão da Mata. Rafael pegou leptospirose e Erick foi chamado para substituí-lo. Aceitou na hora. Nem pensou na possibilidade de também pegar a doença. “Ele não sabia nem o que o estava esperando e assumiu a expedição, foram oito dias e ele segurou a onda”, conta Rafael. Agora, Erick se prepara para a “Expedição pelo Velhas 2009”. ♦

O restante da trupe

Rafael Bernardes entrou no Projeto em 2002 e participou da “Expedição Manuelzão desce o Rio Velhas”, em 2003. Espera para a próxima expedição cobrança do poder público. “O momento é de criticar, de mostrar os desafios e falar da melhora também”, afirma.

Ronald Carvalho entrou no Projeto em 2000 e também participou da Expedição de 2003. Na próxima, deseja encontrar o Rio em uma situação melhor. “Minha vontade é que a qualidade das águas melhore”, garante.

“Os canoístas representam uma parte da Expedição, certamente a parte mais visível dela”,

Roberto Varejão, canoísta que participou da Expedição de 2003 e professor de História da Educação da Universidade Federal de São João Del Rey.



FOTO: RAFAEL BERNARDES

“Meu contato com o rio sempre foi de muito respeito”

**Além de garantir a sua água,
a Copasa está trabalhando
para garantir a vida nos rios de Minas.**



Quando se fala na Copasa, a gente logo pensa na água pura e saudável que chega todos os dias na nossa casa. Mas o trabalho da Copasa vai muito além disso. A Copasa preserva mais de 24 mil hectares de matas que protegem as nascentes e mananciais, pois eles são a principal fonte de abastecimento das nossas cidades. E depois que você utiliza a água, a Copasa ainda se preocupa com o tratamento dos esgotos.

Só para você ter idéia, as Estações de Tratamento de Esgoto do Arrudas e do Onça estão ajudando a trazer a vida de volta ao Rio das Velhas e conseqüentemente ao Rio São Francisco. Além disso, a Copasa já opera 16 Estações de Tratamento de Esgoto nas cidades que fazem parte da bacia do Rio das Velhas. O objetivo é cumprir a Meta 2010, idealizada pelo Projeto Manuelzão, e abraçada pelo Governo de Minas,

que prevê a navegação, a pesca e a natação no Rio das Velhas a partir de 2010. São obras como essas que estão ajudando na preservação dos nossos maiores patrimônios: os rios de Minas. Mas você também precisa fazer a sua parte. Utilizar água com responsabilidade é a única forma de garantir o nosso futuro. Aprenda a respeitar a natureza. Por que quem preserva o meio ambiente preserva a própria vida.